

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.549, DE 2009

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho

Relatora: Deputada Thelma de Oliveira

I - RELATÓRIO

O Tribunal Superior do Trabalho propõe, por meio do Projeto de Lei nº 5.549, de 2009, a criação de cinco Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, a serem instaladas nos seguintes Municípios, no Estado do Mato Grosso: Campo Novo dos Parecis, Juara, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande.

As novas Varas do Trabalho serão implantadas pelo TRT da 23ª Região de acordo com as necessidades do serviço e a disponibilidade de recursos orçamentários.

A proposição prevê o acréscimo dos seguintes cargos aos quadros de Juiz e de pessoal do TRT da 23ª Região: cinco cargos de Juiz do Trabalho; trinta cargos de Analista Judiciário; trinta e dois cargos de Técnico Judiciário; cinco cargos em comissão CJ-3; e quarenta e uma funções comissionadas, sendo onze FC-05, sete FC-04, oito FC-03 e quinze FC-02.

Os recursos financeiros requeridos para a implantação das novas Varas do Trabalho correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 23ª Região no Orçamento Geral da União.

Além desta Comissão, deverão se pronunciar sobre a proposta a Comissão de Finanças e Tributação, quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que emitirá parecer sobre o mérito e a constitucionalidade, juricidade e técnica legislativa do projeto, que está também sujeito à apreciação do Plenário e tramita em regime de prioridade.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Segundo nos informa o Superior Tribunal do Trabalho, o TRT da 23ª Região justifica a necessidade de ampliar o número de Varas do Trabalho que o integram em razão da grande extensão territorial de sua jurisdição (903.347,97 km²), do elevado crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, do crescente aumento da demanda processual e da necessidade de levar a justiça às regiões de ocorrência de trabalho análogo à condição de escravidão.

Nota-se, todavia, um equívoco na justificativa da proposição, na parte em que transcreve trecho de parecer aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, que trata, na verdade, de proposição relativa à 21ª Região. Esse equívoco foi sanado com o envio de informações complementares a nosso gabinete por meio do Ofício nº 407/2009/TRT23ª-GP, no qual o ilustre Desembargador-Presidente daquela Corte Regional apresenta as correções pertinentes. Destacamos abaixo trechos desse expediente, que evidenciam a necessidade

de criação das Varas do Trabalho e respectivos cargos de Juiz, de provimento efetivo e em comissão constantes da proposição:

*“O TRT - 23ª Região tem sob sua jurisdição o 3º maior Estado da federação, o equivalente aos territórios da França, Reino Unido e Portugal. Para possibilitar o acesso do jurisdicionado o Tribunal mantém em funcionamento **22 Varas Itinerantes**, sem quadro de pessoal, FCs e CJs especificamente destinadas a tanto. De se frisar ainda que o número de itinerantes quase iguala o de varas do trabalho (26).*

Algumas itinerantes distam mais de 200 km da sede. Vila Rica, por exemplo está localizada a 350 km da Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia. Esta, por sua vez, está a 1.200 km de Cuiabá. A dificuldade de acesso fica caracterizada quando se constata que dos 35.192 km de rede rodoviária, apenas 41% estão pavimentadas.

A movimentação processual é intensa. Os municípios de Juara e Alto Araguaia, por exemplo, demandam mais de 500 processos/ano. Quando o Juiz se desloca para realizar a itinerante ele passa a semana fora da sede da jurisdição.

*Existe, portanto, carência de juízes, independente da proporção para 100 mil habitantes apontada pela Assessoria Técnica do CNJ. **O quadro atual, quando se leva em conta a realidade de Mato Grosso, já é insuficiente para atender a demanda.** Assim, se for aprovada a criação de unidades jurisdicionais sem os respectivos juízes essa situação tende a se agravar.*

*No campo econômico, **Mato Grosso é um dos estados que mais cresce no país. Cerca de 8% ao ano.** Em 2008, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, sua taxa de geração de empregos foi de 5,59%. Uma das mais altas do Brasil. Por evidente, o desenvolvimento do Estado teve reflexos diretos na Justiça do Trabalho. A evolução processual atesta essa afirmação, conforme evidenciam os quadros a seguir:*

MOVIMENTO PROCESSUAL			
VARAS DO TRABALHO	2000	2008	CRESCIMENTO
	15.078	28.041	86%

EXECUÇÃO INICIADA			
VARAS DO TRABALHO	2000	2007	CRESCIMENTO
	6.587	21.648	229%

III – TRABALHO ESCRAVO

*Apesar do franco desenvolvimento, lamentavelmente Mato Grosso ainda ostenta o desonroso título **de segundo colocado em trabalho análogo à condição de escravo**. No período de 1995 a março/2009 foram resgatados 5.072 trabalhadores no Estado do Mato Grosso. Isso representa cerca de 15% dos casos do País.*

Embora o TRT – 23ª Região, por meio das varas itinerantes, se faça presente nos mais longínquos rincões do Estado, contribuindo para combater o trabalho escravo, não se pode olvidar que essa é urna solução provisória. Somente a instalação de varas do trabalho é que vai inibir, de modo eficaz, a prática dessa deplorável exploração.”

Finalmente, cabe registrar que, ainda na forma de anteprojeto de lei, a proposta foi examinada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua o art. 82, IV, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (lei de diretrizes orçamentárias de 2009).

Diante das informações prestadas pelo TST e pelo TRT da 23ª Região, consideramos imprescindível para o adequado funcionamento da Justiça do Trabalho as medidas constantes da proposição ora relatada. Por tais razões, nosso voto é pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 5.549, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputada Thelma de Oliveira
Relatora